

Foucault hoje: algumas linhas a respeito

Foucault today: a few lines about

Hoy Foucault: unas líneas sobre

Kleber Prado Filho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Resumo

O artigo tece um panorama de contribuições de Michel Foucault que nos auxiliam a pensar a história do presente e a testar a atualidade das ferramentas constituídas e escritas por ele para nosso tempo, no Brasil. Foucault esteve por diversas vezes, no Brasil, visitando vários estados, onde proferiu palestras, conferências, deu entrevistas, fez passeios, conversou com intelectuais brasileiros, nos anos da Ditadura Militar, na década de setenta, do século XX. Os momentos em que falava para estudantes de diferentes áreas do conhecimento, militantes, pesquisadores, jornalistas entre outros, foi alvo de perguntas e de registros no Sistema Nacional de Informação (SNI), que enviava para os arquivos da Ditadura anotações das falas de Foucault e dos que estavam ouvindo-o e organizando a estada dele em espaços como universidades e salas diversas.

Palavras-chave: Michel Foucault, Atualidade, História do Presente, Brasil, Acontecimentos.

Abstract

This article aims to weave a picture of contributions of Michel Foucault that help us to think of this story today and test the tools and history made and written by him for our time in Brazil, by analyzing events in the country that disturb and point to situations that were questioned by French philosopher and historian sue had work translated and read in many countries and that was several times in Brazil, visiting several states where he gave lectures, conferences, gave interviews, he walks, talks with Brazilian intellectuals throughout the years of military dictatorship in the seventies of the twentieth century. The moments in which he spoke to students from different areas of knowledge, activists, researchers, journalists and others, was the subject of questions and records in the archives of the National Information System (SNI) that sent the files to the Dictatorship of Foucault notes the speech and those

who were listening to him and organizing his sojourn in places like universities and several rooms.

Key-words: Michel Foucault, Current, History of the Present; Brazil, events.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo tejer una imagen de las contribuciones de Michel Foucault que nos ayudan a pensar en esta historia de hoy y poner a prueba las herramientas y la historia de hechos y escrita por él durante nuestra estancia en Brasil, mediante el análisis de los acontecimientos en el país que perturban y apuntan a situaciones que fueron interrogados por el filósofo e historiador francés. Sue trabajar traducido y leído en muchos países y que fue varias veces en Brasil, visitando varios estados, donde dio charlas, conferencias, concedió entrevistas, camina, habla con intelectuales brasileños lo largo de los años de dictadura militar en los años setenta del siglo XX. Los momentos en los que habló a los estudiantes de diferentes áreas de conocimiento, activistas, investigadores, periodistas y otros, fue objeto de preguntas y registros en los archivos del Sistema Nacional de Información (SNI), que envía los archivos a la dictadura de Foucault señala el discurso y los que le escuchaban y la organización de su estancia en lugares como universidades y varias habitaciones.

Palabras clave: Michel Foucault, Historia actual, del presente, Brasil, eventos.

Transcorridos mais de vinte e cinco anos da morte de Michel Foucault talvez seja oportuno questionar se suas análises ainda podem ser consideradas contemporâneas, tendo em conta que nosso tempo é muito rápido e um quarto de século é bastante tempo. Perguntar se suas reflexões nos são contemporâneas implica verificar se suas problematizações ainda são atuais, se elas ainda se referem ao nosso cotidiano, nossas relações, e se elas permitem, ainda, a crítica do nosso mundo e daquilo que somos. Implica, portanto, interrogar se seus trabalhos continuam

cumprindo sua proposta mais central de traçar ontologias históricas de nós mesmos e operar como histórias do presente.

Perguntar se os escritos de Foucault ainda fazer ranger e cortam os saberes, movem os poderes e deslocam as subjetividades para lugares outros é uma possibilidade de intervir na atualidade que é a nossa e não a dele, contudo, nós e ele nos transmutamos em conexões de forças e intrigas, em meio à tentativa de efetuar ressonâncias e realizar perguntas a respeito do que inquieta como heterotopias e por

meio de um uso da história que afirme a vida e as atitudes críticas.

Esta não é uma preocupação exatamente original, uma vez que é habitual nestes momentos de 10, 20, 25 anos sem Foucault discutir a atualidade das suas análises, mas de qualquer forma esta questão pode ser revisitada, renovada e atualizada periodicamente, até para “testar” a capacidade diagnóstica da sua filosofia e quem sabe, assim manter vivo este debate e o seu próprio pensamento.

Vamos partir de uma perspectiva bibliográfica, retomando uma constatação quanto ao que se pode denominar, as “três camadas arqueológicas” da publicação dos seus trabalhos: os livros – ao longo da sua vida – compondo aquilo que é equivocadamente considerado “a obra de Michel Foucault”; os “Ditos e Escritos”, nos anos 1990 – 10 anos após sua morte – reunindo quase toda a diversidade da sua produção em mais de três mil páginas; e, contemporaneamente, seus cursos no Collège de France, que seguem sendo publicados num resultado do esforço de organização de leitores mais que autorizados, como, Jacques Lagrange, François Ewald, Alessandro Fontana, Frédéric Gros, Michel Senellart, entre outros.

É admirável a fecundidade e vitalidade dos seus escritos, uma produção que ainda jorra, pulsa e permanece viva, o

que mostra de forma bem concreta a atualidade dos seus trabalhos, que ainda apresentam novidades fascinantes para nós, leitores comuns, não menos apaixonados que aqueles especiais. De qualquer maneira, após a publicação de todos os seus cursos – o que está prestes a acontecer – restará ainda não publicado o 4º volume da “História da sexualidade”: “Les aveux de La chair”, texto sobre o qual recai nossa maior curiosidade e interesse.

Também de múltiplas perspectivas temáticas pode-se verificar a atualidade do seu pensamento, e sua problematização da vigilância mostra isso. Este é um tema genealógico inicialmente tratado em “Vigiar e punir” a partir de um estudo a respeito da figura do panóptico proposta por Jeremy Bentham, no final do século XVIII. O panóptico surge, neste momento como projeto arquitetural apropriado à vigilância intramuros em prisões, porém, ao longo do século XIX, multiplica-se em instituições e organizações diversas como fábricas, hospitais e escolas, transbordando seus limites e difundindo-se amplamente nas sociedades ocidentais, formando aquilo que Foucault denomina “panoptismo”. Este fenômeno é exatamente o que caracteriza as práticas de controle das sociedades de vigilância já a partir da segunda metade do século XVIII, que desenvolvem políticas centradas em jogos de visibilidade. O panóptico é uma máquina de ver que

submete pelo exercício político do olhar aplicando técnicas que possibilitam ver sem ser visto, automatizando e desindividualizando o poder – uma vez que a vigilância se exerce independentemente de haver alguém observando todo o tempo – produzindo assim efeitos de subjetividade naqueles que estão expostos à visibilidade, obtendo uma sujeição concreta a partir de uma relação fictícia. Por isso, pode ser utilizado como aparelho para desenvolver experiências envolvendo modificação de comportamentos – nas suas palavras:

O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (Foucault, 1987, p.180)

A vigilância dos nossos dias é diferente do panoptismo que proliferava no século XIX; hoje ela tende a constituir uma tecnologia, no sentido duro do termo – “vigilância eletrônica” – tornando-se muito mais onipresente, abrangente, penetrante e poderoso. Vivemos hoje, desde o século XX, em sociedades de segurança e nem por isso a questão da vigilância é menos

estratégica, sendo talvez até mais crítica porque a segurança requer tecnologias que possibilitem a vigilância exaustiva. O emprego generalizado e banalizado de câmeras em áreas de circulação, nas ruas, mas também em espaços de intimidade mostra que a vigilância eletrônica é o panoptismo do nosso tempo – até mesmo Foucault se surpreenderia com os níveis de difusão e sofisticação atingidos pela tecnologia contemporânea de vigilância!

Mecanismos de controle em meio aberto, como o currículo Lattes, os documentos de identificação pessoal, as digitais que temos que colocar em aparelhos de entrada em estabelecimentos, as senhas de cartões e de acessos aos portais de informação e de compras, os detectores de metal em bancos e em aeroportos, os registros em formulários detalhados em prontuários de saúde e de assistência diversos, os sistemas de identificação de ponto eletrônico no trabalho, os sistemas de metas e bonificação para premiação e regulação no emprego, os radares nas estradas, a malha fina da receita federal, o cruzamento de dados na internet, o intimismo nas relações pessoais e de trabalho são modos de vida que explicitam como o panoptismo se intensificou, hoje.

O panóptico foi desbloqueado pela disciplina mecanismo, que se diferencia da disciplina bloqueio dos corpos. O

encaminhamento para espaços fechados era o modelo da lepra (peste) e implicava em isolar e separar por organizações da multiplicidade em locais específicos; já, a o modelo da quarentena divergia do anterior por liberar um fluxo de comunicação instantâneo, em meio aberto, como um diagrama de forças em modulação inclusiva da diferença flutuante em normas negociadas de maneira permanente. Assim, se, na disciplina bloqueio havia instituições fechadas; disciplina como mecanismo, os muros não são condição prévia e única de operação de controle entre os corpos. Ora, esta forma de controle é mais leve e constante, mais rápida e politicamente mais difícil de resistir.

Imediatamente ligado ao tema da vigilância encontra-se a figura do dispositivo – desenhada a quatro mãos com Gilles Deleuze – que é o próprio modo de organização e articulação do poder moderno. Ele não deve ser confundido com uma instituição nem com aparelhos e organizações concretas, tratando-se de um arranjo complexo e singular estrategicamente articulado em torno de questões prementes para uma sociedade tais como, sexualidade, loucura ou criminalidade. Um dispositivo é composto por uma multiplicidade de linhas: linhas de visibilidade e enunciação ligadas àquilo que se pode ver e dizer, linhas de força

ligadas a modos de sujeição, e linhas de subjetivação ligadas ao reconhecimento de si como sujeito de conceitos, normas e valores. Assim, ele articula saber e poder para produzir efeitos de subjetividade, o que mostra ser o panóptico um bom exemplo desta figura multiforme e multifacetada. As formas contemporâneas de articulação e operação dos poderes são muito sutis e de difícil visualização, resultando em táticas cada vez mais finas, capilares e subjetivantes. Mais estratégico que conhecer as formas de dominação em bloco de um “Estado” sobre uma “sociedade” é cartografar um dispositivo na sua multiplicidade e capilaridade: desvendar suas relações de exterioridade, seus jogos de verdade e suas práticas de enunciação, identificar suas táticas, seus modos de operação e sujeição, bem como colocar às claras seus modos de subjetivação e jogos de reconhecimento. Não há nada mais atual em termos políticos, hoje em dia do que desmontar as articulações de um dispositivo!

Da mesma forma, as questões do biopoder e da biopolítica situadas no núcleo da sua genealogia do poder apresentam desdobramentos bastante atuais. O biopoder é a própria economia moderna do poder, envolvendo o investimento na vida – tomando a vida como objeto – produzindo os corpos disciplinados dos indivíduos e das

regulados das populações. A primeira forma de biopoder que emerge – no século XVII – são as disciplinas, tecnologia em desenvolvimento neste momento, que se ocupa centralmente dos corpos dos indivíduos e dos corpos sociais (escolas, fábricas, hospitais e organizações diversas, como a própria cidade moderna nascente), disciplinarizando os espaços, fixando e controlando os indivíduos nos espaços. As biopolíticas surgem em meados do século XVIII, correlativamente à emergência do problema das populações, voltadas à regulação e ao investimento na vida destes corpos coletivos; elas são exatamente o modo de operação do biopoder, visando questões estratégicas – “vitais” – para as populações, como: alimentação, nutrição, higiene, saúde, nascimentos, morbidade, tudo isso medido e controlado a partir de taxas e índices diversos, o que expõe seus suportes de saber e de cientificidade. A aplicação de biopolíticas ao longo da modernidade vem “melhorando a vida das populações”, aumentando sua vitalidade, elevando seus níveis de nutrição, de saúde, suas expectativas e qualidade de vida, ao mesmo tempo em que diminui suas taxas de natalidade, de adoecimento, de morbidade, de óbito infantil, entre outras, notadamente, durante o século XX.

Somos contemporaneamente sujeitos da aplicação de uma sofisticada tecnologia de governo biopolítico, bastante

ampla, sutil e articulada. No momento do seu nascimento as biopolíticas encontravam-se diretamente ligadas a questões econômicas e a saberes emergentes, como a estatística e a demografia, buscando suporte científico para suas ações. Mas, já em fins do século XVIII e ao longo dos séculos XIX e XX estas técnicas passam a se articular como tecnologia de governo da vida de todos e de cada um, aplicando estratégias diferenciadas para regular a vida das populações e também conduzir a vida de cada indivíduo. Esta citação recolhida no “Resumo dos cursos do Collège de France” mostra essa tomada da vida como objeto e domínio de práticas de governo na modernidade, tratando do surgimento de uma “vida política” e de um “governo dos vivos”:

“... entendia por ‘biopolítica’ a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX, e as questões políticas e econômicas em que eles se constituíram até os dias de hoje.” (Foucault, 1997, 89).

Se a minúcia da polícia operou a entrada em cena da disciplina como gestão do detalhe e da constituição da docilidade

política com simultânea maquinaria de expansão de produtividade, em tempos curtos e espaços regulados de comunicação ativa entre grupos compartimentados e organizados como indivíduos, a biopolítica permitiu a gerência de segmentos populacionais (sujeitos econômicos empresários dos outros e de si), de maneira concomitante com o governo do povo (sujeitos de direitos no plano do direito público).

A vinculação do direito com a economia política e com o ambientalismo sistêmico foi um artifício de controle das condutas em meio aberto com o objetivo de oferecer mais liberdade com mais segurança ou tentar fazê-lo, nas últimas décadas, com a emergência do neoliberalismo. A regulação de comportamentos por meio da diplomacia militarizada e com a polícia da saúde permitiu acionar disciplina e biopolítica, no biopoder. Sendo que, os mecanismos de governo medicalizantes ganharam visibilidade na racionalidade securitária por parecerem mais leves e menos caros, mais preventivos e menos impactantes comparadamente às técnicas mais disciplinares de bloqueios em espaços fechados e isolados de exclusão. Apesar destes não terem desaparecido e de serem atuais, todavia, ficaram reservados a alguns grupos bem específicos da sociedade atual.

Vivemos contemporaneamente uma vida medicalizada: somos governados da perspectiva da nossa saúde, nos preocupamos e nos ocupamos da nossa própria saúde, nos conduzimos segundo normas de saúde e nos trabalhamos, nos estetizamos, a partir de critérios de saúde, visando mais vida em termos de quantidade, qualidade e intensidade. Somos sujeitos de enunciados médicos, psiquiátricos, de diagnósticos e patologias diversas, das formas de loucura, da nomeação de doenças e transtornos físicos e mentais como a anorexia, a síndrome do pânico, a depressão. Estamos, assim sujeitos a certa “ética da saúde” – obrigação de ser saudável corado e feliz – exercitando todo um conjunto de cuidados médicos preventivos em relações a nós mesmos, que assume variadas formas de ascetismo estético e dietético envolvendo promoção da beleza e da saúde a partir de regulações alimentares e de hábitos pessoais cotidianos.

Contudo, em nome da saúde nos submetemos às formas mais fascistas de atendimento e de controle, nos policiamos e vigiamos os outros com tecnologias duras e leves designadas de proteção que operam inclusão excludente e gera efeitos semelhantes a campos de concentração a céu aberto. Endurecemos as punições em nome da segurança com saúde e da saúde com seguro, querendo evitar riscos e

perigos de todos os lados e de todas as maneiras. As exceções começam a acontecer justificadas pela palavra de ordem de saúde e segurança com um par naturalizado do qual supostamente não poderíamos escapar, desembocando em intervenções fatalistas e totalitárias de higienismo e estigmatização de grupos; além daqueles que encaminhamos para as instituições asilares, que são atualizadas como os sinais da disciplina bloqueio de corpos, no tempo presente.

Tão atual quanto original é a problematização da sexualidade apresentada no percurso da sua “História da sexualidade”, onde Foucault descola o tema tanto da sua ancoragem biológica quanto da questão do desejo, desnaturalizando e remetendo à história sua produção, assinalando seu nascimento na modernidade. Longe se ser uma premência do corpo ou essência do sujeito a sexualidade é um problema moderno, sendo por ele tratado em termos de jogos de enunciação, de normalização e da ação de dispositivos. E ele também desliga sexo e sexualidade – não por considerar ser o sexo o correlato biológico de uma sexualidade historicamente produzida, mas por entender ser este um problema de outra ordem, de outro tempo, de outros discursos e práticas. No período medieval, colado ao tema cristão da “carne”, o sexo foi tomado como objeto privilegiado de práticas de

exame de consciência e confissão, sendo ainda objeto de trabalhos e renúncias ascéticas do sujeito em relação ao seu próprio corpo e ao uso dos seus prazeres. Ao longo do século XVII constitui tema literário e passa a ser objeto privilegiado da moralização burguesa, iniciando-se então toda uma incitação discursiva em torno da questão que irá se estender até o final do século XVIII, quando entra em circulação nos discursos médicos. Em meados do século XVIII torna-se questão econômica ligada ao problema das populações, passando a ser objeto de práticas de governo ou de uma “polícia do sexo”.¹ Já, sexualidade é uma noção característica do século XIX, correlativa da emergência da *Scientia Sexuallis* citada em “A vontade de saber” e da formação de uma discursividade científica sobre o tema, que irá desaguar na psicanálise freudiana, passando a compor uma problemática “psi” da maior importância a partir do final do século XIX.

Esta entrada em regime de regularidade científica possibilita à sexualidade operar como enunciado e como norma, à medida que configura um saber que não apenas observa e descreve práticas, mas também compara, contabiliza, constrói médias e marca desvios, nomeando, patologizando e normalizando tanto as práticas quanto seus praticantes. Os enunciados de

heterossexualidade e monogamia que resultam deste empreendimento muito mais moral que propriamente científico acabam constituindo experiências concretas, relações concretas, sexualidades concretas, além de formas concretas de subjetividade. Também em “A vontade de saber” Foucault desenha o dispositivo de sexualização que opera produzindo nossa identidade sexual conforme enunciados e normas colando esta identidade ao nosso corpo, o que quer dizer que não somos dotados de uma natureza sexual, mas temos o nosso corpo sexualizado em relações de poder e assim nos tornamos seres sexuais. A proliferação contemporânea de siglas buscando designar a diversidade sexual entre nós – como: GLS, GLBT, GLBTTT, LGBTTT² – mostra a flexibilidade e agilidade dos atuais dispositivos de sexualização no sentido de ampliar seus domínios aumentando a abrangência das nomeações, buscando capturar, incluir e normalizar novas formas de sexualidade para muito além do jogo excludente e binário possibilitado pela norma da heterossexualidade x homossexualidade, que não dá conta de reconhecer as sutilezas da multiplicidade de sexualidades emergentes em nossos dias. De maneira muito diversa em relação a Freud, Foucault entende que o mundo moderno gira em torno da questão da sexualidade, não que

ela seja nossa essência, nossa mais íntima verdade ou fonte de todo sentido a nosso respeito, mas exatamente por sua importância política e histórica como questão estratégica do nosso tempo, da nossa cultura, imediatamente ligada às nossas formas de identidade e nossos modos de ser.

Pensar o sexo e a sexualidade como não reprimidos apenas e também como efeitos de processos heterogêneos de constituição de si por meio de saberes e poderes além da economia, da política, de religião e das explicações ideologizantes ou ainda jurídicas de soberania foi um exercício relevante efetuado por Foucault, com vistas a deslocar o debate para chamar a atenção para questões outras que conformariam os corpos além daquelas que estavam em um lugar comum e até mesmo naturalizadas de certa maneira no momento em que escrevia e analisava a respeito da analítica do poder e das engrenagens de saber e de subjetividade que operavam técnicas de si não limitadas por Édipo e pela castração simbólica e familiar.

Tal como seu tratamento da questão da sexualidade, sua problematização da loucura e sua crítica às questões da criminalidade e da exclusão constituem temas da maior atualidade. No estudo que resulta no livro “História da loucura” – sua tese de doutorado – Foucault desenvolve uma perspectiva histórica e social também

bastante original, desnaturalizando a loucura e desmistificando a doença mental ao deslocar suas análises do campo dos discursos médico-psiquiátricos para o domínio das práticas sociais. Pesquisando pinturas, textos e práticas sociais em relação aos loucos a partir do Renascimento ele aponta diferentes modos de relação, de reação e sensibilidade social quanto a eles, bem como diferentes concepções de loucura em momentos históricos diversos – desde quando os loucos andavam soltos pela rua (nos séculos XIV, XV e ainda no XVI), marcando a mudança de sensibilidade na passagem ao século XVII até o final do XVIII, quando se tornam objetos de exclusão social, exercida na forma de internação generalizada. Internava-se nesse momento por motivos diversos toda uma variedade de figuras sociais que afrontavam valores da burguesia emergente: pobres, mendigos, vagabundos, hereges, bruxas, prostitutas, sem nenhuma preocupação, suporte ou objetivo terapêuticos. No final do século XVIII a internação vai se especializando: esta variedade de figuras vai sendo retirada do isolamento e vão restando internados apenas os loucos – é quando se dá a medicalização da loucura, sua captura pelo discurso médico-psiquiátrico, e é somente na passagem ao século XIX que ela passa a pertencer – torna-se objeto – da história da

psiquiatria. Portanto, suas análises críticas sobre o problema da loucura, muito distantes de qualquer história da psiquiatria, mostram a formação histórica de conceitos, enunciados, práticas e dispositivos estrategicamente articulados em torno da questão, bem como a produção histórica da figura social do louco, antes mesmo da sua captura pelo discurso psiquiátrico na passagem ao século XIX, quando passa a ser patologizada, “tratada” e normalizada nos jogos de dispositivos encarregados de domesticar a loucura.

E a questão da criminalidade trabalhada na sua história do nascimento das prisões percorrida em “Vigiar e punir” recebe os mesmos cuidados histórico-críticos empregado nas problematizações anteriores. Contrapondo-se à tradição positivista do discurso criminológico – a herança de Lombroso ainda viva entre nós – Foucault coloca sob suspeita o vínculo natural estabelecido por ele entre crime e criminoso, onde este sujeito carrega no rosto os traços, a *facis* do seu crime. Desenvolvendo sua crítica Foucault aponta a produção histórica correlativa do fenômeno social da delinquência e da figura do delinquente, mostrando que este é um personagem moderno nascido no século XIX como produto de discursos criminológicos, jurídicos e de práticas judiciárias. Nossa modernidade inventa

toda uma economia de punição legalista exercida em defesa da sociedade, centrada na vigilância exaustiva e na privação de liberdade proposta como aprisionamento terapêutico – corretivo – do criminoso, levando em conta a sua “periculosidade”, ou, o grau de perigo que ele representa para os outros. A justiça moderna mais que atos, crimes e delitos julga moralmente a própria figura do criminoso, sua história e sua biografia criminosa. É quase desnecessário ressaltar a centralidade estratégica que estas questões da criminalidade e do aprisionamento assumem nas sociedades de segurança e de controle nas quais vivemos, até porque a mídia mostra e explora isso cotidianamente, banalizando a violência.

Os discursos lombrosianos são atualizados em técnicas de manipulação genética de características físicas e em mapeamentos cerebrais com objetivo de localizar um suposto lugar estigmatizante de sujeitos criminosos. Ainda há os grupos que defendem estudos com tipagem sanguínea de pessoas que cometeram algum delito ou entraram em conflito com a lei, ou ainda com estudantes que foram reprovados em escolas ou que apresentaram desempenhos abaixo do esperado nas médias das avaliações destes equipamentos educativos.

Este olhar social e histórico sobre a loucura e a criminalidade expõe um tipo de

prática muito naturalizada entre nós que é a exclusão, desdobrada nas figuras do aprisionamento e da internação psiquiátrica. O discurso oficial, jurídico, do Estado e suas instituições, assim como o discurso médico-psiquiátrico, justificam tais práticas em termos de tratamento e reeducação, mas a sua exposição como procedimentos de exclusão mostra que elas nada tem de terapêutico ou de pedagógico e reeducativo, mas são sim, a rigor, práticas corretivas, em sentido político e moral. As estatísticas brasileiras referentes a retorno à prisão e reincidência psiquiátrica mostram que elas cumprem, estritamente, apenas sua função de isolamento social. E mesmo que entre nós os hospitais psiquiátricos estejam oficialmente “extintos” – pela lei Paulo Delgado – nota-se que eles continuam em funcionamento e que a psiquiatrização da loucura continua bem viva nos CAPS, como encontra-se disseminada e aceita pela sociedade. As estratégias contemporâneas de exclusão psiquiátrica pularam os muros do hospital e ganharam as ruas transformando-se em exclusão química – “cadeia química” – que embota, adormece e isola o sujeito do mundo, das pessoas, da intensidade da vida e de si mesmo. Agora cada louco traz consigo seu próprio hospital psiquiátrico encerrado no seu kit de medicamentos!

Acontecimentos, no Brasil de hoje, como os retornos das internações em diversos equipamentos disciplinares de bloqueio, entre as quais: comunidades terapêuticas, leitos em hospitais psiquiátricos, ou ainda por internação compulsória de usuários de crack, envio a abrigos e a instituições chamadas de recuperação e reeducação de jovens em conflito com a lei, toque de recolher, retirada de grupos de populações empobrecidas dos centros urbanos e envio para locais distantes nos indicam pistas do tempo presente e de como as análises de Foucault a respeito da história por descontinuidade são interessantes e atuais.

Tudo isso está ligado ao jogo da norma que é a própria formulação estratégica dos poderes modernos. Enquanto a lei está no centro do poder nas monarquias européias emergentes entre os séculos XIII, XIV a XVI, a norma vai assumindo importância estratégica crescente no Ocidente a partir do século XVIII por ser um tipo de poder com forte suporte de saber, que dá sustentação científica às modernas práticas de poder. Esta é uma noção que surge no campo da biologia e migra posteriormente para os domínios das ciências sociais e humanas, perdendo nesta passagem sua inocência, sua suposta naturalidade, ganhando com isso uma conotação política, visto ser muito diferente atestar a normalidade de

um organismo ou afirmar a possibilidade de existência de normalidade social ou normalidade psicológica. Aí ela perde seu disfarce de cientificidade, passando a funcionar como um tipo de medida ou procedimento político que avalia, separa, compara, marca desvios, patologiza e corrige, estando diretamente ligada às modernas práticas de individualização e identificação dos sujeitos. A verdade é que nossas sociedades desenvolveram uma sofisticada tecnologia de produção de indivíduos e regulação das suas condutas a partir do jogo da norma, que implica alguns passos: primeiro é preciso separar uns dos outros – individualizar – e conhecer profundamente cada um; depois é necessário marcar cada indivíduo, distinguir sua singularidade, para então identificá-lo – colar a etiqueta – fixar sua identidade e sua visibilidade perante os outros e diante de si mesmo. É exatamente pelos jogos de identidade que a norma regula as condutas cotidianas dos indivíduos sem necessidade de acionar instrumentos legais, marcando, patologizando e corrigindo desvios. O ponto alto desta tecnologia é sua disposição terapêutica, corretiva, que busca reconduzir cada desviante à faixa de normalidade, operando a partir de uma intervenção individualizada uma normalização que se estende por toda a rede social. A complexa problemática

política contemporânea exige estratégias diferenciadas da parte do Estado para dar conta do todo e de cada um: para conduzir as massas, o rebanho, ele aplica técnicas de governo, e para conduzir capilarmente cada indivíduo emprega técnicas pastorais, colocando em movimento uma política subjetivante de regulação das identidades.

Vale notar que as estratégias do pastorado são combinadas e atualizadas e não apenas substituídas e abandonadas por formas completamente novas e desligadas das anteriores. A noção de história como ruptura e atualização de acontecimentos é uma maneira de produzir figuras em caleidoscópios que se embaralham e se entrecruzam na composição de diagramas de forças heterogêneas e marcadas por linhas de visibilidade e de dizibilidade que forjam efeitos específicos, em cada época e em cada lugar, como eterno retorno do mesmo enquanto diferença.

Todos esses temas anteriormente tratados se articulam à sua problematização da subjetividade, que além de bastante atual encontra-se no centro das suas reflexões, imediatamente ligada às perguntas mais fundamentais que orientam seus estudos: que mundo é este no qual vivemos? E, como nos tornamos aquilo que somos? Para tratar destas questões colocadas de forma tão histórica e concreta Foucault adota uma estratégia de desnaturalizar, dessubstancializar e

desessencializar a subjetividade, afirmando uma postura radicalmente histórica. Suspeitar da sua naturalidade, diluir sua substância nas relações e práticas, além de implodir seu núcleo essencial deslocando da razão e da consciência, mas também do desejo, implica uma crítica contundente à tradicional figura do sujeito da filosofia moderna: sujeito universal abstrato, a-priori, da razão, da consciência, do conhecimento, da autonomia e da liberdade, ou mesmo sujeito do inconsciente. Tal desnaturalização implica remeter à história não apenas a constituição dos sujeitos, mas a própria formação do conceito de subjetividade que opera como enunciado. Uma arqueologia deste conceito³ mostra seu nascimento no contexto da problematização kantiana das relações de conhecimento, colocado em oposição à ideia de objetividade, como interferência que impede o acesso do sujeito ao conhecimento verdadeiro da realidade. É Freud quem traz a noção para os domínios de conhecimento “psi” atribuindo-lhe um sentido de vida subjetiva interiorizada. No entanto, para Foucault, esta experiência interiorizada é ela mesma resultado de jogos de enunciação, uma vez que a ideia de “interioridade” nasce em outro tempo no contexto do discurso e das práticas cristãs – não é uma substância, mas sim, um tipo de relação histórica do sujeito consigo mesmo inventada no

exercício das práticas profissionais⁴. Assim, desfazendo este vínculo “natural” entre subjetividade e interioridade e apontando a historicidade destes enunciados e destas formas de existência ele desliga o sujeito de qualquer suposta natureza, esvaziando-o de toda substância e de qualquer sentido ontológico essencialista e/ou primordial. Por isso mesmo o tratamento dado ao sujeito por Foucault além de histórico é também exteriorizado e político, considerando a sua produção em jogos de saber x poder x subjetividade. A produção pelos saberes diz respeito aos jogos de enunciação pelos discursos, a produção pelos poderes refere-se a jogos de individualização, de identificação e de normalização aplicados em nossas sociedades, assim como a subjetivação decorre de relações do sujeito consigo mesmo mediadas por normas e valores, nas quais ele se estetiza e realiza trabalhos sobre o seu próprio corpo.

O equacionamento destas perguntas tão fundamentais aos estudos de Foucault remete ainda, em última instância, a duas questões não menos importantes em suas análises, que são as “ontologias históricas de nós mesmos” e sua proposta de traçar “histórias do presente”. Perguntar e pensar a respeito de que procedimentos são usados para produzir os efeitos de certos corpos delineados como infames da história e como outros grupos são

canonizados e desenhados como heróis, nos escritos de muitos arquivos da sociedade de hoje e, ainda como os regimes de anotação forjam lugares para alguns e afastam outros de determinados enquadramentos sociais e políticos nos faz afirmar a potência questionadora dos trabalhos legados por Michel Foucault e como eles continuam vivos e cortantes.

À medida que o tratamento dado à subjetividade por Michel Foucault é radicalmente histórico, político e exteriorizado, esvaziando o sujeito de toda substância, essência e transcendência, só se poder falar nas suas reflexões em ontologias que mostram a constituição de diferentes sujeitos ao longo da história, em práticas de saber, de poder e em relações éticas estabelecidas consigo mesmo. E à medida que suas análises voltam-se para o nosso mundo, nosso tempo e para sujeitos históricos que somos nós mesmos, mostra-se o caráter concreto e regional de tais ontologias. Portanto não se trata de nenhuma “ontologia do ser” abstrato, a priori, universal ou transcendental, mas de ontologias – no plural – mostrando a emergência de uma multiplicidade de sujeitos concretos ao longo da história, em diferentes momentos, em campos e domínios diversos. Esta problematização evidencia as aproximações do pensamento de Foucault com Heidegger – “Foucault, leitor de Heidegger” – apontando também

para as possibilidades de uma leitura fenomenológica de seus escritos.

Este tema central que surge tardiamente em suas reflexões cartografa seus trabalhos de uma perspectiva inédita, sendo explorado em um pequeno texto de enorme importância publicado originalmente por Dreyfus & Rabinow, em 1982, intitulado: “O sujeito e o poder”. São citadas ali três trajetórias de tratamento da questão do sujeito articuladas como ontologias históricas que coincidem com três grandes eixos de pesquisa que balizam seus trabalhos: uma história (arqueológica) a respeito da nossa constituição como sujeitos a partir de jogos de enunciação e objetivação pelos saberes; uma história (genealógica) relativa à nossa constituição como sujeitos em jogos de poder nos embates com os dispositivos e; em outra história (também genealógica) de como nos constituímos sujeitos em relações éticas estabelecidas com nós mesmos, nas quais nos reconhecemos como sujeitos morais e realizamos trabalhos sobre nosso corpo, estetizamos nossa conduta e nossa existência.

Mas este olhar do próprio Foucault sobre o seu trabalho causou estranhamento entre leitores e críticos. Até então ele era identificado – indevidamente – senão como um “teórico do poder”, como um autor que tomava as relações de poder como seu principal objeto; ele também havia ficado

conhecido nos anos 1960 como aquele filósofo que “matou o sujeito” em seu livro “As palavras e as coisas”. Como poderia ele mesmo agora afirmar numa palestra nos Estados Unidos que seu principal objeto de estudo nunca fora o poder, mas sim o sujeito e a subjetividade? Esta afirmação ainda causa estranheza e equívocos na leitura dos seus trabalhos, da mesma forma que suas ontologias históricas ainda estão por ser compreendidas; motivo pelo qual têm constituído tema de inúmeros encontros e congressos voltados ao debate dos seus últimos estudos. Aliás, o chamado “último Foucault”, ou o contexto das suas análises das relações éticas ainda está por ser compreendido entre nós e ainda há lacunas de publicação neste domínio, por exemplo, quanto às relações subjetividade x verdade e quanto às experiências éticas: cristã e moderna.

As ontologias históricas de nós mesmos na verdade se apresentam como histórias do presente, e é exatamente desta perspectiva que mais se pode constatar a atualidade do seu pensamento. Esta modalidade de análise aplica uma perspectiva diversa daquelas tradicionalmente empregadas no campo da história: ela não visa conhecer ou interpretar uma sociedade, uma cultura ou um modo de vida de algum tempo anterior ao nosso, mas busca num tempo passado as

condições de possibilidade para o nosso presente – usa a história como recurso para pensar e criticar nossas práticas, nossos hábitos, nossas condutas, nosso cotidiano. Assim, a proposta das histórias do presente situa-se no ponto de confluência entre a perspectiva de história e a filosofia de Michel Foucault, sugerindo uma original articulação que se utiliza da história como método para pensar e criticar o presente.

Romper com a visão antropológica e de ser da linguagem e ainda de ser que vive e trabalha foi um pulo do gato de Foucault em seu tempo e nos parece para além de seu tempo devido ao nível de ruptura de tal questionamento à formação do objeto das chamadas ciências humanas e sociais e como estas naturalizaram e universalizaram o homem. Outra surpresa, talvez, uma das mais ousadas e atuais foi realizar a indagação: como este objeto que é efeito de certas práticas históricas está relacionado à defesa da sociedade e sustenta um racismo de sociedade e de Estado, no campo do biopoder?

Esta questão surge em outro pequeno texto de monumental importância entre seus últimos escritos, intitulado: “O que o iluminismo?”, também originalmente publicado nos Estados Unidos por Dreyfus & Rabinow, dois anos após o texto anteriormente citado. Trata-se ali de uma leitura foucaultiana da resposta de ninguém menos que Kant a um jornal berlinense que

pergunta, em 1784, que tempo é aquele, resposta que Foucault lê como um tratamento histórico do presente, uma reflexão sobre a sua própria atualidade (de Kant) situada, nas palavras de Foucault “...na charneira entre a reflexão crítica e a reflexão sobre a história...” (Foucault, 200, p.341). Assim, ele elogia a originalidade kantiana atribuindo-lhe a inauguração de um tipo de pensamento crítico que liga uma reflexão sobre a história a uma análise do momento presente no qual se vive e se escreve. Depois, num outro momento, ele irá se inscrever nesta tradição kantiana, o que virá a causar mais estranhamento e animar todo um debate entre ele, Jürgen Habermas, Richard Rorty e Ian Hacking em torno de uma certa “herança do iluminismo”⁵.

Esta articulação entre reflexão sobre a história e análise do momento presente operada por Kant, implica para Foucault uma nova tarefa filosófica, além de uma atitude ética diferente, que ele denomina: “atitude de modernidade”, exercida como exercício crítico de pensamento e como modo de relação do sujeito consigo mesmo e com os outros, com a vida e com o mundo. Esta nova tarefa filosófica remete ao emprego da filosofia como instrumento de diagnóstico do presente, assim como a nova atitude ética exigida refere-se a uma igualmente nova postura do intelectual crítico,

concretizada na figura do intelectual específico, também desenhada a quatro mãos com Deleuze.

O intelectual específico é o intelectual crítico dos nossos dias: ele não é um “teórico de gabinete”, descolado do mundo, e também não é o ativista revolucionário do marxismo ortodoxo, nem o intelectual orgânico proposto por Gramsci, mas alguém que se movimenta politicamente em domínios discursivos e de práticas sociais entendidos como campos de luta e enfrentamentos. Ele lida com o saber como quem recorre a uma “caixa de ferramentas” e opera pelo agenciamento das forças mobilizadas em lutas transversais. Entende Foucault que os objetivos das lutas políticas contemporâneas não são exatamente “tomar o Estado” ou “desmontar o Capital”, e sim questões muito mais próximas de nós como resistir aos jogos cotidianos de objetivação e subjetivação e afirmar nosso direito à diferença. A militância do intelectual específico envolve inventar linhas de fuga a partir do exercício de práticas de transgressão aos discursos e de resistência aos poderes, além do exercício de práticas de liberdade.

A tematização das histórias do presente liga-se ainda a outra questão interessante e bastante central no pensamento de Foucault que é seu projeto de produzir uma história do pensamento,

que anima todo um debate com a tradição das histórias do conhecimento, das ciências e das ideias. Enquanto estas últimas buscam descrever a formação das disciplinas científicas e de campos de conhecimento, apontando o momento de transposição dos seus limiares de cientificidade, a história do pensamento problematiza os jogos e modos que nos são “dados” para pensar, ou, em outras palavras, analisa de uma perspectiva crítica nossas formas históricas de pensamento. Então, como modalidade de história do presente a história do pensamento implica, do mesmo modo, uma tarefa filosófica e uma atitude ética diferentes, comprometidas com a crítica e a desconstrução das nossas relações com a verdade, dos nossos modos de pensar e de ser. A figura emblemática desta proposta é sua estratégia de “pensar autrement” – “pensar diferente”; buscar outras formas de pensar – exercida como prática transgressiva dos discursos e instrumento de crítica dos jogos de enunciação a que estamos sujeitos, dos modos que nos são dados a pensar e daquilo mesmo que somos.

Captar o intolerável de cada época e torná-lo alvo de interrogação consistia para Foucault uma prática de si e uma maneira de viver ética e política. Descrever e analisar o presente como ponto de ruptura e de abertura de campos de

possibilidade permitia a ele criar estratégias de constituição de liberdade simultâneas às problematizações que realizava em seus estudos com documentos.

Por tudo isso e, principalmente, por constituir uma ferramenta de desconstrução das relações, conceitos, práticas e valores que sustentam nosso cotidiano, nossos modos de ser e de pensar, percebe-se que o pensamento de Foucault continua atual, mais que isto, vivo e vibrante, o que faz dele mais que mero exercício de reflexão descolado do mundo, algo mais que mais simples filosofia. Pode-se concluir então que Michel Foucault vive entre nós como um clássico do nosso tempo – com toda contradição que a expressão possa conter em seus termos – designando um autor ao mesmo tempo clássico e contemporâneo.

Notas

¹ Não em termos de repressão, mas no sentido no qual o termo polícia era empregado no final do século XVIII, como conjunto de técnicas de polícia aplicadas ao governo das condutas sexuais dos indivíduos e das populações.

² “Gays, lésbicas e simpatizantes”; “gays, lésbicas, bissexuais e transexuais”;

³ Questão tratada no texto: “A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s)” citado nas referências.

⁴ Questão tratada no texto: “Uma genealogia das práticas de confissão no Ocidente” citado nas referências.

⁵ O contexto deste debate encontra-se no livro “Foucault” organizado David Couzens Hoy, citado nas referências.

Referências

- Hoy, D.C. (comp.) (1988) Foucault. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Foucault, M. (1987) Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1988) História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1997) Resumo dos Cursos no Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1995) “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.231-249.
- _____. (2008) Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1984) “What is Enlightenment?”. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. The Foucault reader.

New York: Pantheon Books, p.32-50.

_____. (2000) “O que são as luzes?”. In: _____. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.335-351.

Prado Filho, K. (2006) “Uma genealogia das práticas de confissão no Ocidente”. In: RAGO, M. & Veiga-Neto, A. (orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, p.139-148.

_____. & Martins, S. (2007) A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). Revista Psicologia & Sociedade, vol.19, nº3, set-dez.

Kleber Prado Filho: Professor associado em psicologia na graduação e na Pós-graduação em Psicologia (UFSC). Psicólogo (PUC/MG). Mestre em administração, Doutor em Sociologia (USP/SP). Pós-doutor em História (UNICAMP).

E-mail: kleberprado.psi@gmail.com

Flavia Cristina Silveira Lemos: Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutora em História (UNESP). Profa. adjunta III em Psicologia Social na graduação e na Pós-graduação em Psicologia (UFPA). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em psicologia (UFPA).

Conselheira titular no CFP (gestão 2011-2013).

E-mail:

flaviacristinasilveiralemos@yahoo.com.br